

# Isea, um fórum de debate da Amazônia

A necessidade de discutir e estudar proposta para o desenvolvimento e preservação da Amazônia fez com que o governador do Amazonas, Amazonino Mendes, criasse, durante o 1 Encontro de Governadores da Amazônia, realizado no dia 13 de fevereiro de 1987, o Instituto Superior de Estudos da Amazônia (Isea). Instalado em um prédio antigo, mas que foi recuperado e dotado de dependências modernas, o instituto começa a ser o grande fórum de debates sobre as perspectivas da Amazônia. "Precisamos reunir amazônidas, estudiosos e pessoas interessadas na região para encontrarmos um caminho correto para a Amazônia", revela o governador Amazonino Mendes.

E partindo desta ideia, Mendes conseguiu reunir os governadores e representantes da Amazônia nos dias 7 e 8 de março, quando o programa "Nossa Natureza", lançado pelo Governo Federal em outubro de 1988, começou a ser discutido. "E um passo importante para conseguirmos montar uma política de desenvolvimento para a Amazônia", garantiu o governador. E mais: "Temos 15 milhões de amazônidas". Todo este povo não pode ficar relegado ao abandono, a um verdadeiro genocídio surdo e mudo", desabafou Amazonino Mendes.

O primeiro passo para uma grande discussão da Amazônia foi dado pelo professor Samuel Benchimol, professor da Universidade do Amazonas e conselheiro do Isea. Ele lançou o livro "Amazônia: planetarização e moratória ecológica". No seu trabalho, ele defende até um imposto internacional a ser pago pelos países desenvolvidos, que são responsáveis por grande parte da poluição ambiental do planeta. E dispara um dado básico: o total das emissões de CO2 provenientes da queima de combustíveis fósseis foi de 5,37 bilhões de toneladas métricas, em 1987.

## PLANETARIZAÇÃO

Mas o que seria a planetarização da Amazônia brasileira? O professor Samuel Benchimol explica no seu livro que "internacionalização e planetarização constituem duas categorias distintas. "Poderia haver internacionalização com ou sem planetarização, e esta poderia ocorrer dentro de um esquema página 27 do seu trabalho divulgado pelo Isea. Isto porque a internacionalização é um processo de transferência e alienação da soberania política nacional em favor de uma entidade supranacional que passaria a exercer o domínio político-jurídico sobre uma área em nome de um grupo ou comunidade de nações.

Benchimol explica que "neste caso, a internacionalização serviria a propósitos nitidamente políticos, institucionalizado mediante a cessão, confederação, invasão, ocupação colonial, fideicomisso, comissariado e outros instrumentos que a história registra no passado, podendo haver ou não domínio imperial

exclusivo. O fundamental nessa categoria é que haja uma transferência, parcial ou total, da soberania e jurisdição política, assumindo a nova entidade os direitos e deveres, perante a comunidade internacional, que antes eram exercidos pelo titular da soberania nacional extinta, ou pelo menos que, na ausência de uma entidade supranacional, ocorra o consenso entre os povos de que sobre um determinado território nenhuma jurisdição exclusiva de qualquer nação venha a atuar.

Em outro trecho o professor explica que "esses profetas da morte da Amazônia dentro de trinta anos podem servir de instrumentos da estratégia do medo e da intimidação que nos pode conduzir, de volta, à estagnação secular, exatamente no momento em que o País inteiro, através de grandes projetos pecuários, mineração, colonização e das duas Transamazônicas, se lança para ocupar e integrar a região". Benchimol defende que os investimentos, tão necessários à demarcação do nosso progresso de desenvolvimento, poderão sofrer uma pausa na expectativa de que, ao se localizarem na Amazônia, poderão contribuir para o holocausto planetário".

Após explicar que não se trata de exageros a sua tese de planetarização, Samuel Benchimol cita o exemplo da "obsessão conservacionista" que já está em curso no interior da Amazônia, onde o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) institucionalizou o processo planetarizador com referência à caça e à pesca, a título de preservação da vida selvagem, levando ao desespero milhares de famílias que nelas encontravam na sua fonte de sobrevivência, e nas cidades amazônicas, eliminando uma das mais modernas e florescentes indústrias, através da proibição sistemática de sua comercialização. Mais de cinco milhões de dólares anuais estão perdidos para o balanço de pagamentos da Amazônia com a lei seca da proibição, que assim poderia ser anunciada: "Não importa que morra o homem, desde que o bicho sobreviva".

Profundo conhecedor da Amazônia, o professor Samuel Benchimol defende a tese de que a planetarização da Amazônia é uma moeda falsa, cuja circulação deve ser impedida, sob pena de retardarmos indefinidamente o processo de desenvolvimento. "Isto não significa que devemos praticar uma economia predatória e destruidora dos recursos naturais, nem fazer tabula rasa dos conceitos ecológicos e biológicos". Na avaliação de Benchimol, "a perspectiva ecológica e a ótima economia são indispensáveis no contexto de desenvolvimento mas não podemos nos deixar levar pela profecia que os conservacionistas de todos os matizes nos procuram impingir como verdade absoluta, esquecendo que o homem e a sociedade pelo seu trabalho não podem ser sujeitos passivos do mundo vegetal e animal que o rodeia".